



NOTAS SOBRE O DEBATE ACERCA DOS LIMITES HISTÓRICOS DO CAPITAL

Resumo

A dinâmica da acumulação de capital tem mudado durante as últimas décadas, o que ensejou a discussão sobre as perspectivas do capitalismo contemporâneo, a qual, no *mainstream* econômico, produziu a tese da “estagnação secular”, e, no campo da crítica da economia política, resultou nas análises que afirmam os limites históricos da forma-capital. O propósito desse artigo é apresentar um panorama das teorizações representativas do marxismo que afirmam esses limites, mostrando que muitas de suas deficiências poderiam ser resolvidas com uma consideração rigorosa da madura crítica marxiana da economia política. Longe da intenção de apresentar toda a heterogeneidade e complexidade dessas teorias, concentramos nossa apresentação, de um lado, nas bem conhecidas contribuições de István Mészáros, Robert Kurz, François Chesnais e David Harvey. Por outro lado, investigamos teorias que não têm sido traduzidas para o português e/ou são menos conhecidas no debate marxista brasileiro, tais como as de Andrew Kliman, Michel Roberts, Esteban Maito, Michel Husson *et al.*

Palavras chave: Capitalismo Contemporâneo; Marxismo; Crítica da Economia Política.

Abstract

The dynamic of capital accumulation has changed during the last decades and this process has risen the discussion about perspectives

**GUSTAVO M. DE C.
MELLO**

**HENRIQUE PEREIRA
BRAGA**

**MAURICIO DE S.
SABADINI**

Professores do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O primeiro e o último são também Professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES e o último é, ademais, tutor do grupo PET Economia/Ufes (Sesu-Mec).

of contemporary capitalism, which, in mainstream economics, produced the “secular stagnation” thesis, and, in the field of critique of political economy, resulted in analysis that affirm the historical limits of capital-form. The aim of this paper is to present an overview of the representative theorizations of the latter for Marxism, showing that much of their deficiency could be resolved with a rigorous consideration of Marxian mature critique of political economy. Far from intend to present all heterogeneity and complexity of those theories, we concentrate our presentation, on the one hand, on the well-known contributions of István Mészáros, Robert Kurz, François Chesnais, and David Harvey. On the other hand, we inquire theories that have not been translated into Portuguese and/or are less-known in Brazilian Marxist debate, such as Andrew Kliman, Michel Roberts, Esteban Maito, Michel Husson *et al.*

Keywords: Contemporary Capitalism; Marxism; Critique of Political Economy.

1. Introdução

Recentemente, mesmo no interior de círculos intelectuais ortodoxos – no geral, apoloéticos –, viu-se intensificarem os debates acerca das perspectivas do capitalismo contemporâneo, em decorrência das vicissitudes da acumulação de capital nas últimas décadas, marcada

pelo pulular de crises econômicas, por pífias taxas de crescimento econômico mundiais, e por uma crescente concentração de renda e propriedade – isso sem mencionar as miríades de conflitos bélicos, bem como as chamadas crises migratória e ambiental, dentre outros fenômenos constitutivos da contemporaneidade. Assim, à guisa de exemplo, na esteira da mais recente crise econômica mundial, ganhou vulto no interior do debate econômico a tese da “estagnação secular” (TEULINGS & BALDWIN, 2014)¹, retomando as proposições avançadas por Alvin Hansen (1939) no final da década de 1930². A despeito do que se possa imaginar à primeira vista, a crítica da economia política demonstra que, não obstante a existência dos ciclos econômicos, o evoluir histórico das formações sociais capitalistas não perfaz um eterno retorno, mas, antes, um movimento desmedido em espiral, marcado por rupturas e saltos qualitativos. Apesar da marginalidade a que tal crítica se encontra relegada no interior

¹Para uma crítica marxista desse debate, ver Eleutério Prado (2015). Outro debate correlato tem sido travado em torno das investigações de Robert Gordon, cético em relação ao surgimento de inovações tecnológicas que produzam surtos de produtividade similares aos que conformaram a primeira e a segunda revoluções industriais.

²Revelador da miséria do mainstream econômico, recorde-se que tal debate foi precedido pelas patéticas elucubrações de Ben Bernanke sobre a “grande moderação” e pelo decreto de obsolescência das depressões econômicas por Robert Lucas Jr.. Tais posições remetem à recalcitrante negação da possibilidade do colapso dos mercados financeiros e de uma depressão econômica nos Estados Unidos por parte de Irvin Fischer e de outros eminentes economistas, às vésperas do desastre da crise de 1929.

de centros de pesquisa e ensino, nas revistas acadêmicas e nos grandes meios de comunicação, ela foi vivificada no último período. Em seu seio foram produzidas profícuas análises sobre os limites históricos da forma-capital, que auxiliam a apreender a singularidade da atual fase de desenvolvimento capitalista, bem como suas perspectivas.

Longe da pretensão de dar conta da amplitude, da heterogeneidade e da complexidade dessas intervenções, neste artigo pretende-se expor e refletir sobre teorizações representativas de certas correntes do(s) marxismo(s), com base em distintas abordagens – incluindo obras consagradas e outras ainda não traduzidas para o português ou pouco consideradas no debate marxista brasileiro. Entre elas estão estudos de István Mészáros, Robert Kurz, François Chesnais, David Harvey, Andrew Kliman, Michel Roberts, Esteban Maito, Michel Husson *et al.* Objetiva-se, assim, fornecer um panorama dessas investigações e tecer uma reflexão crítica, salientando o que se considera seus pontos fortes e fracos.

Cabe agregar ainda uma constatação: a existência dos referidos estudos marxistas sobre os limites do capitalismo, e de muitos outros que não foram possíveis considerar aqui, parece retomar uma tradição que predominara, talvez, até o desmantelamento da II Internacional. A polêmica sobre os limites absolutos da

reprodução capitalista perpassava os debates táticos e estratégicos entre distintas correntes no interior da social-democracia e acirrou-se *pari passu* ao fortalecimento das posições centristas e reformistas. Porém, à medida que estas e a *nomenklatura* soviética tornaram-se hegemônicas, tais discussões foram relegadas a segundo plano, mesmo entre aqueles que reivindicavam o legado de Marx, e assim permaneceram por muitas décadas³. Uma diferença que salta à vista entre as duas conjunturas é que, na virada do século XIX para o século XX, a possibilidade de êxito de um processo revolucionário de cunho socialista em escala mundial parecia inscrita no horizonte político de curto ou médio prazo, constituindo um elemento decisivo do referido debate. Hoje, o “coveiro” do capitalismo – os trabalhadores organizados em classe “para si”, em ação revolucionária – afigura-se, em grande medida, e ao menos à primeira vista, ausente, e, por isso, as ponderações sobre a existência de uma tendência à degeneração e ao colapso das formações sociais capitalistas com base nas contradições inerentes à forma-capital ressentem-se da falta dessa decisiva dimensão política.

O presente artigo encontra-se dividido em duas partes, além desta introdução e de uma conclusão. Na primeira delas, é realizada a síntese das reflexões dos autores escolhidos quanto aos

³ Com relevantes exceções, das quais se destacam as obras de Henry Grossman, Paul Matick, Ernest Mandel, Roman Rosdolsky e Samir Amin.

limites e às perspectivas do capitalismo contemporâneo para, na segunda parte, apresentar uma avaliação crítica dessas posições. Sempre que possível, nessa última parte, buscou-se contrapor as proposições desses autores entre si, bem como entre elas e conceitos marxianos fundamentais. Desse esforço, conclui-se que muitas das deficiências desse debate seriam sanadas por uma consideração rigorosa da madura crítica marxiana à economia política.

2. Breve síntese do debate

2.1. István Mészáros e a “crise estrutural do capital”

Para István Mészáros, a retração da economia dos países centrais, desencadeada pelo colapso das hipotecas *subprime* estadunidenses em 2007, seria mais um sintoma da profunda “crise estrutural do capital” iniciada ao final da década de 1960 (MÉSZÁROS, 2009, pp. 17-30; 2011, pp. 2-3). A partir de então, o capitalismo atingiu seus “limites absolutos”, inviabilizou a conjugação – até aquela década bem sucedida – entre a reprodução do capital e a melhoria do padrão de vida das populações dos países centrais.

Tais limites seriam, para o autor, o “limite ecológico” e o “limite reprodutivo”. No primeiro caso, o desenvolvimento capitalista não consegue dissociar seu avanço da destruição do ambiente à sua volta e nem o “progresso” de uma produção marcada pelo desperdício.

O caráter perdulário da produção capitalista reside, para ele, na “taxa de uso decrescente” dos valores de uso, que estabelece a necessidade de sua reposição em um espaço de tempo cada vez menor. Isso porque o processo de produção tem como finalidade a venda com crescente lucro. O caráter útil de cada mercadoria está, assim, em “ser vendida” e não necessariamente em “ser utilizada”, de forma que quanto menor sua durabilidade, maior a necessidade de sua reposição (MÉSZÁROS, 1989, p. 24). Com isso, cresce o consumo dos finitos recursos naturais. Tal crescimento, para alguns, seria contornável pelo próprio desenvolvimento tecnológico. Para Mészáros, porém, a ciência e a tecnologia sempre possuem um “enraizamento social” que, no capitalismo, as sujeita, bem como os seus operadores e desenvolvedores, ao referido critério da lucratividade (MÉSZÁROS, 2009, p. 53). Com isso, é exigido tal avanço sobre os recursos naturais finitos, que se colocou em cheque a própria existência humana. Por conseguinte, não se pode tratar a questão ecológica apartada do padrão produtivo vigente. Até porque, aponta o autor, a própria reprodução do capitalismo encontrou outro “limite absoluto”, seu processo de reprodução.

Para o autor, a reprodução da acumulação capitalista sob a égide do “complexo militar-industrial” (MÉSZÁROS, 1989, pp. 73-94) encontra-se, desde o final da década de 1960, em colapso, por causa do crescimento concentrador

e centralizador inerente ao capital. Essa maneira própria de expansão do capital produziu, segundo ele, pelo menos dois efeitos. De um lado, ampliou a dificuldade em manter os trabalhadores subordinados ao capital, na medida em que sua expansão, ao ampliar o “trabalhador coletivo”, articula os diversos trabalhadores ao redor do globo em um sistema hierárquico global que esgarça o ciclo reprodutivo do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 54). Assim, o controle social estabelecido pelo capital tem maiores dificuldades em manter o processo produtivo global, pois, à medida que se expande, desestrutura os mecanismos locais de controle tradicionalmente constituídos – educação estatal, religião e família (*ibidem*, p. 59) – ao mesmo tempo em que não é capaz de estabelecer um “governo global” (*ibidem*, p. 55). De outro lado, argumenta o autor, o custo do processo produtivo cresceu em demasia. Tal elevação é perceptível, para ele, no movimento de redução dos salários frente à jornada de trabalho, de ampliação dos déficits estatais com vistas a custear os gastos militares ou industriais – que se mostram cada vez menos convertíveis em mercadorias – e o acirramento da concorrência entre os capitalistas, que se inicia na década de 1960 e é exacerbado na década de 1980 (*ibidem*, pp. 38-40).

A articulação global do trabalhador coletivo e a elevação dos custos do processo produtivo, em decorrência da combinação da produção militar com a produção industrial, também

provocaram, observa Mézáros, o desenvolvimento exponencial das forças produtivas do trabalho. Deste ponto de vista, a modernização propiciada pela conjugação do complexo militar-industrial com a expansão concentradora e centralizadora do capital substituiu grande quantidade de trabalho pouco qualificado por menor quantidade de trabalho mais qualificado. Em princípio, indica o autor, não há nenhum empecilho inerente à tecnologia para que, crescentemente, economize-se trabalho e, com isso, exijam-se menos trabalhadores, em proporção à quantidade de “meios de produção”, por estes postos em movimento; porém, afirma o autor, “há de fato uma excelente razão por que essa tendência tenha de se reverter sob as relações capitalistas de produção: os critérios desastrosamente restritivos da lucratividade e da expansão do valor de troca aos quais tal ‘modernização’ está necessariamente subordinada” (*ibidem*, pp. 68-69).

A despeito de os limites acima apontados serem absolutos e marcarem o início da crise estrutural do capital, Mézáros não comunga da ideia de que não haveria mais saída para a expansão capitalista e para o “deslocamento manipulador” de muitos dos seus problemas. O diagnóstico desses limites pretende atentar para os elevados (e crescentes) riscos e confrontações provenientes da tentativa de manter a organização social regida pelo capital. Diante desse quadro, a dissociação entre a reprodução do

capitalismo e seus projetos civilizatórios, marcante da “crise estrutural”, é, em verdade, a crise estrutural da organização social cujo controle é estabelecido pelo capital. Em poucas palavras, trata-se da “crise estrutural do capital”. Como alternativa à barbárie engendrada por essa crise, Mézáros defende a superação do *controle alienado* exercido pelo capital. Na situação atual, isso significaria estabelecer, como critério da reprodução social, a “economia da atividade produtiva”: menor tempo dedicado ao trabalho necessário e a conversão do trabalho excedente em tempo livre – i. e., tempo para o desenvolvimento das capacidades humanas. E, conforme lembra o autor, para se estabelecer efetivamente esse critério, o sistema de controle alternativo deve ser global, único modo de confrontar o sistema global do capital (*ibidem*, p. 73).

2.2. Robert Kurz e o “limite interno absoluto da valorização”

Sendo o mais conhecido representante da chamada “crítica do valor”, Robert Kurz notabilizou-se por sua “teoria do colapso” do capitalismo, segundo a qual, na esteira da “revolução microeletrônica” (KURZ, 2014, p. 267), a automação e outras inovações tecnológicas e técnicas teriam revolucionado a produtividade do trabalho e tornado a força de trabalho fortemente redundante – primeiro, de modo relativo (frente ao capital constante), e logo, absolutamente (*ibidem*, p. 251). Ter-se-ia engendrado,

assim, uma tendência à redução da massa de mais-valia em escala mundial, minando em seus fundamentos a acumulação do capital, o “valor que se valoriza”. Assim, sob a espada de Dâmocles da concorrência, o processo de extração de mais-valia relativa teria provocado uma elevação tal da composição orgânica do capital, a ponto de interditar novas rodadas de expansão produtiva em que o capital pudesse comandar crescentes massas de capital variável.

De modo a sustentar essa tese contra as leituras positivistas empiristas, que se refestelariam com as aparências imediatas, Kurz argumenta que, devido aos seus relativamente baixos índices de produtividade, os países periféricos estariam deixando “de serem fontes de transferência de valor para os países da OCDE, *porque sua produção foi paralisada ou porque já não produzem nenhum valor que possa ser reconhecido*” (KURZ, 1992, p. 193; grifos nossos), ao mesmo tempo em que desapareceria “a capacidade aquisitiva correspondente e os mercados que dela resultam, tirando-se assim dos homens as condições capitalistas da satisfação de suas necessidades” (*ibidem*, p. 212). O deslocamento de parte importante da produção industrial para China, Índia, México, África do Sul etc. (que Kurz chama de *outsourcing*, empregando um jargão em voga) seria uma mera resposta à crescente “pressão dos custos”, que “nada altera no plano do valor de toda a sociedade” (KURZ,

2014, p. 294), e que teria por esteio uma estrondosa e insustentável acumulação de dívidas (*ibidem*, p. 307).

Chega-se aqui a outro relevante desdobramento das referidas barreiras impostas à valorização: cada vez mais impossibilitado de se reproduzir em escala ampliada, o capital teria promovido um “salto para frente” rumo aos mercados financeiros e às formas fictícias de acumulação, multiplicando-se as atividades improdutivas, da perspectiva da valorização do valor (KURZ, 2002), o que concorreria para potencializar as instabilidades econômicas. Estas conformariam uma das evidências empíricas dos “limites absolutos” da acumulação (KURZ, 2014, p. 268), que seriam complementadas pelos seguintes fatos elencados pelo autor: “os mercados de mercadorias alargam de modo drástico, os mercados de trabalho encolhem de igual modo” (*ibidem*, p. 267); o acirramento do emprego de mecanismos próprios à extração de mais-valia absoluta (*ibidem*, p. 275); a defasagem entre a acumulação real e aquela fictícia (*ibidem*, p. 304) ou o “gasto do futuro praticado pelo capitalismo assumiu dimensões completamente ilusórias” (*ibidem*, p. 305), o que implica um crescente endividamento, estatal e privado, tanto nos países capitalistas centrais quanto periféricos; o “fim do Estado social”; a chamada “precarização do trabalho”; e, por fim, a “crise [...] das relações burguesas entre os sexos” (*ibidem*, p. 272).

Em face de algumas dessas tendências, já em 1991, dizia Kurz que “é muito provável que o mundo burguês do dinheiro e da mercadoria moderna, cuja lógica constituiu com dinâmica crescente a chamada Era Moderna, entrará, já antes de terminar o século XX, numa *era das trevas*, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo” (KURZ, 1992, p. 212). E em seu último livro, conclui que “ou as pessoas emancipam a sua própria sociabilidade da forma da mercadoria, do valor e do dinheiro, e só assim da forma do capital; ou a ‘ruína comum’ (Marx) dos sujeitos concorrenciais irá desembocar numa idade das trevas de regressão histórica da espécie” (KURZ, 2014, p. 320).

2.3. François Chesnais e o risco da “crise civilizacional”

Reconhecido dentre os estudiosos marxistas por suas investigações empírico-conceituais sobre a dimensão financeira da acumulação, em seu mais recente livro, François Chesnais destaca dois traços centrais do capitalismo contemporâneo: a financeirização, ou a “onipresença de determinações” próprias ao capital portador de juros (e ao capital fictício) (CHESNAIS, 2016, pp.15-16), e a constituição de um mercado efetivamente mundial, incluindo uma força de trabalho mundial, o principal trunfo do capitalismo nas últimas décadas (*ibidem*, p. 41), logrado após a derrocada do bloco soviético,

a incorporação da China à Organização Mundial do Comércio e o avanço da “liberalização” econômica na Índia (*ibidem*, p. 25). De modo a apreender essas determinações por meio da compreensão dos nexos existentes entre os movimentos “reais” e “financeiros” do capital, Chesnais procura desenvolver o conceito de capital financeiro, que resultaria, de seu ponto de vista, da imbricação de “bancos globais altamente concentrados e internacionalizados, grandes corporações transnacionais industriais e de serviços, e gigantes varejistas” (*ibidem*, p. 1). Tal imbricação é consequência da crescente centralização e concentração “simultânea e combinada do capital-dinheiro, do capital industrial, e do capital mercantil ou comercial” (*ibidem*, p. 8), cuja elevação teria conduzido à constituição de “blocos de poder” relativamente homogêneos e hegemônicos no interior de distintos Estados-nacionais, a eles fortemente subordinados. Por conseguinte, o plano analítico em que Chesnais opera é aquele do mercado mundial, e seria a crescente competição em seu âmbito que teria conduzido à avalanche de inovações financeiras e ao *boom* dos mercados financeiros verificados, sobretudo, a partir das décadas de 1970 e 1980, em um contexto de baixas taxas de acumulação decorrentes de uma vigorosa afirmação da tendência à queda da taxa de lucro, a partir de meados de 1960 (*ibidem*, pp.17-18; CHESNAIS, 2005, p. 40).

Logo, parte importante dos esforços de Chesnais nesta obra consiste em descrever o processo de constituição, as principais estratégias e a crescente imbricação entre os componentes do capital financeiro, com destaque para o desenvolvimento das instituições e dos mercados financeiros contemporâneos. Nesse sentido, destaca-se a análise da emergência dos grandes oligopólios e oligopsônios transnacionais, crescentemente voltados para práticas “rentistas” – seja pelo engajamento na onda de securitização e de inovações financeiras, alimentando a plethora de capital fictício (que encontra crescente dificuldade de alcançar os rendimentos esperados); seja pelo estabelecimento de relações espoliadoras com empresas subordinadas no interior de grandes redes de terceirização; seja pela galopante voracidade da extração de recursos naturais, bem como da especulação com *commodities*, terras e imóveis, base de toda uma cadeia de derivativos; seja pela universalização da “subsunção real do trabalho às finanças”, por meio do endividamento pessoal, produzindo uma espiral de “exploração secundária”; seja pelo desenvolvimento do “*shadow banking system*” (formado por fundos de pensão, companhias de seguro, gerenciadores de ativos, fundos de investimento, fundos *hedge*, fundos mútuos, fundos de *private equity* etc.); seja, por fim, pela autonomização do capital em relação aos seus suportes materiais, assim como à sua substância social (o trabalho abstrato), na forma

de uma exponencial profusão de capital fictício (CHESNAIS, 2016, p. 71). Em meio a essas investigações, ocupa lugar privilegiado a análise da mais recente crise econômica global, que, segundo Chesnais, seria “uma crise de sobrea-cumulação e sobreprodução combinada a uma taxa de lucro declinante”, de tal modo que “o problema da realização existe ao lado de uma taxa de lucro insuficiente” (*ibidem*, p. 22).

Sob a influência de István Mészáros e de Robert Kurz, Chesnais identifica “limites estruturais” absolutos ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, que culminariam numa articulação entre múltiplas crises (econômica, política, social, e ambiental – a mais grave delas, segundo o autor), de modo a engendrarem uma crise civilizacional que colocaria em risco a própria existência da humanidade. Assim, à falta de uma alternativa política construída pela classe trabalhadora, flagrantemente derrotada e fragmentada, ao vindouro colapso do capitalismo haveria a imersão em um novo tipo de barbárie, contra o que a ação política não poderia tornar-se mais imperativa (*ibidem*, pp. 267-272).

2.4. David Harvey e as “contradições do capital”

A despeito das pertinentes críticas às explicações das crises econômicas como resultantes do “*profit squeeze*” e do subconsumo, formuladas por David Harvey em *Limits to Capital* (publicado em 1982), em seu conhecido *O Enigma do*

Capital, dedicado à análise da capciosamente designada “crise do *subprime*”, pode-se ler que as crises de estagflação que se espalharam pelos países capitalistas centrais na década de 1970 tiveram sua origem, em grande parte, na diminuição das taxas de exploração do trabalho (a “explosão salarial”), decorrente de uma temporária virada na correlação de forças em favor dos trabalhadores. Diante desse quadro, teria havido a “reação neoliberal”, por meio da qual os capitalistas desbarataram as organizações trabalhistas, realizaram uma forte “repressão salarial”, eliminaram formas de salário indireto advindos de políticas sociais, e assim sucessivamente. Com isso, ter-se-ia engendrado outro problema: o da falta de demanda efetiva, que ameaçava a realização do valor. A expansão do crédito e do endividamento familiar e empresarial visando estimular o consumo dos capitalistas seria uma resposta a essa dificuldade. Em suma, “a crise de 2008-9 não pode portanto ser entendida em termos de aperto de lucros. A repressão salarial em função da superabundância de oferta de mão-de-obra e a consequente falta de demanda efetiva de consumo é um problema muito mais sério” (HARVEY, 2010, p. 66).

Noutros momentos, Harvey é enfático em afirmar a natureza multicausal das crises econômicas, bem como sua singularidade histórica. Em sua obra *17 contradições e o fim do capitalismo*, o autor propõe-se a realizar uma leitura dialética das principais contradições do capitalismo

contemporâneo, distinguindo-as entre “fundantes” e “em movimento”, e salientando seus nexos com a hodierna dinâmica das crises. Para a presente discussão, cabe mencionar suas reflexões sobre as profundas dificuldades de o capital lograr um interminável “crescimento composto”, correspondente ao seu conceito (numa palavra, o valor que se valoriza em escala ampliada). Segundo Harvey, as medidas tomadas no sentido de contorná-las estariam malogrando: uma delas seria a emissão desmedida de dinheiro fiduciário, que tenderia a gerar inflação (HARVEY, 2016, p. 233); outra seria a privatização de ativos estatais, abrindo novos campos de atuação para as grandes corporações, mas este esbarraria nos limites do estoque desses ativos, bem como em limites políticos, decorrentes da organização popular contra a destruição ou a degradação de políticas e serviços sociais (*ibidem*, p. 235). Buscar-se-ia ainda o aumento da “rotação dos bens de consumo” e da produção do “espetáculo”, tal qual teorizado por Guy Debord, buscando regram o consumo e ampliar o campo das necessidades, junto com a aceleração da obsolescência física e “moral” das mercadorias, por meio da moda e da publicidade, o que, entretanto, esbarraria igualmente em limites físicos e políticos (*ibidem*, p. 237-238).

Igualmente decisivos seriam os crescentes rentismo e “parasitismo” do capital (*ibidem*, p. 245), com destaque para a proliferação do capital fictício, que criaria largos canais para a drenagem

de riqueza abstrata, inclusive em detrimento da produção, e teria por efeito o acirramento das desigualdades sociais. Entretanto, os movimentos especulativos e a profusão de capital fictício conformariam o principal meio de dissimulação das quedas das taxas de crescimento econômico, mas não competiriam para revertê-las (*ibidem*, p. 241). Por fim, Harvey também destaca como óbice à retomada da acumulação o intervencionismo estatal dirigido a evitar a desvalorização e a destruição do capital no bojo das crises (*ibidem*, p. 234).

Várias dessas proposições foram avançadas anteriormente pelo autor, como parte daquilo que chamara de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004), fruto da necessidade de proceder a “uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital” (*ibidem*, p. 120). Em meio às incessantes ondas de “reordenações espaço-temporais” das formações sociais capitalistas, em grande medida em resposta às crises de sobreacumulação de capital, nas últimas décadas ter-se-ia acirrado a liberação violenta de “um conjunto de ativos (incluindo a força de trabalho), a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)” (*ibidem*, p. 124), na forma de expulsão de camponeses de suas terras, de destruição de modos “autóctones” de produção e distribuição, de processos fraudulentos e predatórios relacionados ao sistema

de crédito e ao capital financeiro, de licenciamento de materiais genéticos, de biopirataria, de “transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual”, de “corporativização e privatização de bens até agora públicos”, da previdência, do sistema de saúde; a deflagração de “guerras de rapina”, como as invasões do Afeganistão e do Iraque, entre outros (HARVEY, 2004, p. 123).

Um último ponto que merece destaque é a análise da tendência à degradação ambiental e a potencial produção de catástrofes ecológicas, decorrente da tentativa de se reproduzir o “crescimento econômico exponencial” (*ibidem*, p. 254). Ocorre que, contra visões impressionistas e positivistas, Harvey faz questão de enfatizar alguns pontos: que a dinâmica ecológica há de ser investigada tendo em vista seu desenvolvimento desigual e combinado em escala global; que o capital “tem uma longa história de solução exitosa de dificuldades ecológicas”; que a natureza está de fato “internalizada dentro da circulação e da acumulação de capital”, de tal modo que o capital seria “um sistema ecológico em operação e desenvolvimento dentro do qual a natureza e o capital estão constantemente sendo produzidos e reproduzidos”; que o capital “transformou as questões ambientais num grande negócio”, no interior de uma “estratégia de acumulação”; e que “desastres ambientais criam oportunidades abundantes para um ‘capitalismo do desastre’ lucrar generosamente” (*ibidem*,

pp. 246-249). O que há de ser considerado como novidade é justamente o contexto de queda das taxas de crescimento econômico, que conduz ao acirramento da predação da natureza, com potenciais de disrupção.

Em todo caso, a despeito de indicar um potencial cenário distópico, Harvey conclui que existe a possibilidade do capital “sobreviver a todas as contradições examinadas até então, a certo custo” (*ibidem*, p. 264). O ponto é se esses custos são aceitáveis para a maioria das pessoas. Ou seja, conforme havia proposto em *O Enigma do Capital*, Harvey crê que “o capitalismo nunca cairá por si só. Ele terá de ser empurrado. A acumulação de capital nunca cessará. Ela terá de ter interrompida” (*ibidem*, p. 265). O acento recai, portanto, na dimensão político-revolucionária.

2.5. Andrew Kliman, Michael Roberts, Esteban Maito, e a queda da taxa de lucro

Em que pese a diversidade de suas leituras, existe um relativamente vasto número de estudiosos marxistas que colocam a tendência à queda da taxa de lucro no centro de suas investigações sobre o capitalismo contemporâneo, e, em particular, sobre a “crise do *subprime*” (Andrew Kliman, Anwar Shaikh, Michel Roberts, Peter Jones, Esteban Maito, dentre outros). Assim como Chesnais, tais autores concordam que o desenvolvimento dos mercados financeiros e a expansão do capital fictício respondem a uma

construção das possibilidades de investimentos produtivos, por conta da persistente queda da taxa de lucro que teria dado azo às crises de estagflação na década de 1970, tendência essa que estaria a se efetivar nos últimos anos (ROBERTS, 2016a; KLIMAN, 2012).

Assim, a despeito de seu caráter multifacetado, a mais recente crise econômica mundial teria como estopim a eclosão da bolha imobiliária, mas, como fundamento, a declinante lucratividade das grandes corporações em escala mundial, pretensa e ilusoriamente compensada pelas incursões puramente especulativas nos mercados secundários. Nesse sentido, os referidos autores concentram suas atenções no desempenho das corporações consideradas produtivas, e engajam-se sobremaneira na apreensão empírico-estatística da referida tendência à queda da taxa de lucro. Ao fazê-lo, encaram toda sorte de dificuldades e de desafios técnicos, bem como conceituais, que não poderão ser discutidos aqui, apenas eventualmente mencionados⁴. Também não convém esmiuçar suas descobertas, além da constatação de que a referida tendência ter-se-ia efetivado com maiores ou menores oscilações e intensidades nas últimas décadas. Cabe, isso sim, considerar brevemente suas conclusões sobre as perspectivas do capitalismo.

Ao inscrever a “crise do *subprime*” em tendências fundamentais da acumulação de capital,

em particular a de aumento da composição orgânica e a de sobreacumulação, em decorrência da queda das taxas de lucro (KLIMAN, 2015, p. 104), bem como no caráter eminentemente anárquico da produção capitalista, Kliman busca criticar as ilusões reformistas. Em suas palavras,

[...] acredito que no futuro próximo, o capitalismo se torne mais instável e propenso a crises, do que foi antes da crise financeira de 2007-2008, e que o principal fator para debelá-la tenha sido, paradoxalmente, a fonte da crescente instabilidade. Estou me referindo à doutrina do “grande demais para quebrar” (too big to fail - TBTF), e ao perigo moral [moral hazard] que ela gera. (*ibidem*, p. 102)

Afinal, ao invés de seguir seu caminho “clássico” de vasta destruição e desvalorização de capital, em ondas de falência que, junto à redução dos custos da força de trabalho, abririam oportunidades de investimento e dariam azo a vigorosos processos de concentração e centralização

4 Um deles diz respeito à qualidade dos dados, sujeitos à manipulação, descontinuidade, omissões, múltiplas contagens, e discrepâncias, o que em geral faz com que os autores reduzam suas investigações à economia norte-americana, em relação à qual estariam à disposição dados mais confiáveis. Do grupo referenciado, as exceções seriam os estudos de Roberts (2016a) e de Maito (2014), que propugnam existir - e que apesar das limitações procuram apreender empiricamente - uma “taxa média de lucro mundial”. Ademais, os dados e estatística disponíveis nos Sistemas de Contabilidade Nacionais ou produzidas por organizações multilaterais e congêneres são construídos com base em preceitos teóricos próprios à “economia vulgar”, de modo que não discriminam corretamente entre atividades produtivas e improdutivoas, e não distinguem, por conseguinte, entre os níveis de existência da reprodução capitalista, a relação entre a essência e as suas formas de manifestação na esfera da concorrência entre capitais.

de capital, a mais recente crise econômica mundial foi contra-arrestada por uma monumental intervenção estatal no sentido de injetar recursos baratos nos “cofres” dos grandes grupos econômicos, de “criar mercados” para os títulos podres em que estavam afogados, e assim por diante. Tais corporações teriam sido, portanto, premiadas pelo seu comportamento “Ponzi”, o que tenderia ao seu reforço. Por outro lado, Kliman salienta os limites da panaceia reguladora, posto que os reformadores estão sempre “lutando a guerra passada” (*ibidem*, p. 101), e que as corporações possuem a capacidade de burlar as novas regulações.

Em sentido similar, Roberts assevera que a “longa depressão”, resultado de uma grande “onda declinante dos preços, produtividade e lucratividade” na qual se encontra a economia mundial, só poderia ser debelada por novas convulsões econômicas (ROBERTS, 2016a; JONES, 2014, p. 292), que não tardarão a ocorrer, auspicia o autor. Não obstante esses vindouros cataclismos, a retomada da acumulação de capital tornar-se-ia cada vez mais difícil, diante das tendências

[...] ao aquecimento global, à baixa produtividade, à crescente desigualdade, e com cada vez menos áreas no mundo para explorar que não estejam já proletarizadas, urbanizadas e sejam parte do sistema capitalista global. Há menos espaço para o capitalismo se expandir. Ele está se aproximando de seu prazo de validade em termos históricos. Mas pode haver outro período

de expansão nos próximos 20 anos ou mais. (ROBERTS, 2016b)

Sem descartar a possibilidade de emergência de um novo tipo de barbárie como resultado desse processo de declínio do capitalismo, Roberts (2016b) aposta que, em meio a essa crise histórica, eventualmente emergirão “novas forças para a mudança – uma nova e mais confiante classe trabalhadora como agente da transformação”.

Diferentemente de Kliman e de Roberts, que auspiciam um cenário sombrio para a reprodução ampliada do capital no próximo período, mas que não identificam, ao menos imediatamente, o colapso do modo de produção capitalista, Maito (2014, p. 16), depois de tentar aferir a trajetória da taxa de lucro em 14 países e de agregá-las em uma “taxa de lucro mundial”, constatando uma tendência à sua queda no período considerado, conclui encontrar aí uma importante evidência empírica da “natureza limitada da produção capitalista. Se a taxa de lucro indica a vitalidade do sistema, a conclusão lógica é que ele se aproxima de um ponto final”, relevando sua “transitoriedade histórica” e, para o autor, Grossmann acerta ao constatar uma tendência ao colapso do capitalismo por meio do acirramento de seus antagonismos e contradições imanentes (*ibidem*, p. 5).

2.6. Michel Husson et al. e o “capitalismo neoliberal financeirizado”

Ao analisar a origem das crises, Husson et al. (2017) partiram inicialmente de um diagnóstico de que o modelo que amparava o crescimento capitalista, posteriormente denominado de “capitalismo fordista” (1960-1980), não mais se sustentava, e a razão de fundo das crises “reside no esgotamento dos ganhos de produtividade” (*ibidem*, p. 28), com reduzidas taxas de lucro. Já com a implantação do “capitalismo neoliberal” (1980-...), as taxas de lucro retomaram sua tendência de crescimento, porém associadas à estagnação e à queda nos ganhos de produtividade, o que aparentemente é contraditório. A explicação para esta possibilidade vem da redução generalizada da parte salarial no total do valor agregado, decretando um período de piores condições de vida dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a consequente escassez no consumo atrofia a “realização” dos lucros na circulação capitalista.

Se em momentos anteriores do capitalismo os países da periferia contribuíram de forma decisiva para a recomposição desta lucratividade, atualmente os mesmos não estão mais em condições de exercer este papel, devido, principalmente, à redução nos preços das *commodities* e à constante instabilidade sistêmica que fragiliza suas moedas com bruscas desvalorizações. Soma-se a isso que, no “capitalismo neoliberal”,

o processo de endividamento, seja público ou privado, passou a ser central na compreensão das crises recentes. Ao indicarem o endividamento do Estado, das famílias e das empresas, os autores colocam no centro da discussão, até mesmo resgatando algumas categorias marxistas, a “finança” com papel central nas crises financeiras. Assim, “a finança está de fato no coração do capitalismo neoliberal hoje mundializado” (*ibidem*, p. 69), marcada pelo crescimento e pela vulnerabilidade do mercado de câmbio, pela recorrência de bolhas financeiras e pela acumulação de elevadas dívidas, provocando instabilidades frequentes. As crises assumem o caráter de crises bursáteis, imobiliárias, bancárias ou de câmbio. “Mas esta diversidade aparente das crises não deve ocultar o fato que de elas têm uma causa comum: a implantação das políticas neoliberais depois dos anos 1970” (*ibidem*, p. 73).

De forma geral, suas propostas de saída da crise pautam-se pela retirada do “modelo de desenvolvimento do capitalismo produtivista”, que se tornou insustentável social e ecologicamente: romper com a dominação das finanças; interditar os instrumentos e atores da especulação financeira; colocar em xeque a liberalização financeira; lutar contra os paraísos fiscais; e reestabelecer o controle de capitais e taxar as transações financeiras são algumas de suas indicações. Se várias destas são consideradas *tabus* por muitos, lembram os autores que

mesmo o Fundo Monetário Internacional (FMI) defende, por exemplo, o controle de capitais.

Outras medidas apontadas passam por desmantelar os oligopólios bancários; reduzir o tempo da jornada de trabalho; realizar auditoria e reestruturação das dívidas; reforçar as regras e vigiar constantemente os altos funcionários e, além disso, “refazer a sociedade” para sair do produtivismo e do consumismo com práticas e políticas de proteção ambiental. Mas recordam que “tais mudanças devem também passar pela mobilização dos cidadãos, que sofrem a dominação política da finança sobre nossas sociedades. Caso contrário, será totalmente em vão esperar reais reformas que sufoquem a finança” (ibidem, p. 184).

3. Considerações críticas sobre o debate

Dessa sumária exposição, pode-se depreender a recorrência de alguns temas básicos, relativos a importantes determinações do capitalismo contemporâneo, que recebem, no entanto, tratativas diversas, e por vezes antagônicas, por parte dos referidos autores. Serão destacadas, na sequência, algumas dessas questões, buscando estabelecer um “diálogo” crítico entre os referidos estudiosos, e avaliá-las à luz da crítica marxiana à economia política.

3.1. *A natureza da crise econômica mundial e a panaceia reformista*

Conforme mencionado, a ênfase de Harvey recai na falta de demanda efetiva, decorrente do êxito neoliberal em suas políticas de repressão salarial e de reconstituição do exército industrial de reserva. Nesse ponto, ele converge com Husson *et al.* (2017), cuja leitura da crise é basicamente “subconsumista”, e enfatiza uma paradoxal divergência entre taxa de lucro e taxa de acumulação nas últimas décadas, supondo que a riqueza abstrata estaria sendo drenada pelas finanças, em detrimento da produção⁵. Noutros momentos, Harvey busca as origens das crises na produção imediata, sem estabelecer os nexos com o processo global de acumulação, o que estimula a acurada crítica de Prado, segundo a qual “a superacumulação não é uma aparência que decorre de bloqueios inerentes ao processo produtivo, mas uma expressão explosiva da desmedida do próprio capital. Ela sobrevém no curso do processo porque a mais-valia emergente se mostra insuficiente para permitir a reprodução lucrativa de todo o capital ora existente” (PRADO, 2012, p. 7).

Ao se compreender as crises como o “negativo do capital” (GRESPLAN, 2008), percebe-se, a um só tempo, que elas devem ser investigadas em

⁵ Kliman (2012), ao contrário, assevera que essa discrepância entre taxa de acumulação e taxa de lucro redonda simplesmente de equívocos estatísticos, e que existe uma correlação direta entre as duas.

sua singularidade, e que são constituídas de modo complexo, articulando distintos momentos (colapso financeiro, estancamento comercial, quebra de cadeias de pagamentos, desproporção entre departamentos, superprodução, queda da taxa de lucro etc.). Ocorre que se faz necessário apreender os nexos que existem entre tais momentos, discriminando, conforme procede Marx em *O Capital* e enfatiza Grespan (2008), os estatutos modais da crise. Ou seja, a crise como potência e necessidade relativa – posto que suas tendências incluem “causas contra-arrestantes”. Nesse aspecto, avulta-se a importância dos supracitados teóricos da tendência à queda da taxa de lucro⁶, bem como de algumas teses de Robert Kurz, que analisam uma dimensão essencial da crise, e com isso fornecem subsídios para a crítica de ilusões reformistas. Afinal, dessa perspectiva, a mais recente crise econômica mundial tem por base a contradição fundamental do capital – i. e., a negação do trabalho vivo pelo trabalho morto –, que se exprime, no âmbito concorrencial, na elevação da composição orgânica do capital, catapultada nas últimas décadas por processos de automação e por outros desenvolvimentos técnicos e tecnológicos nas áreas da informática, telemática, microeletrônica, nanotecnologia, biotecnologia, robótica etc.

Confirmando relevantes proposições de Marx, esse processo abriu vastas sendas para a extração de mais-valia relativa e absoluta em escala

mundial, mas, ao mesmo tempo, promoveu a redução relativa (e segundo Kurz, também absoluta) do capital variável em relação ao capital constante, pressionando para baixo a taxa média de lucro. Como reação a essa restrição das possibilidades de inversão da riqueza abstrata – e seguindo a tendência à ampliação da mobilidade do capital no mercado mundial –, o capital portador de juros e o capital fictício desenvolveram-se explosivamente⁷. Decorrem dessa análise algumas importantes conclusões, bastante óbvias do ponto de vista da crítica marxiana da economia política: i) que a mais recente crise econômica mundial deve ser analisada à luz da totalidade do processo global de acumulação de capital⁸; ii) que se trata de uma crise do capitalismo *tout court*, e não de uma crise do neoliberalismo, ou uma crise da “financeirização”, como fica subentendido em Husson

6 Os quais, não obstante, diferentemente de Kurz (2012), não problematizam devidamente os limites das investigações empírico-estatísticas quando se trata de um objeto contraditório, em que a essência e suas formas de manifestação se constituem e se negam ao mesmo tempo, em estado de permanente tensão.

7 Aqui, como salientado, os teóricos da tendência à queda da taxa de lucro convergem com Chesnais, apesar deste promover uma divagem entre sobreacumulação de capital e a tendência à queda da taxa de lucro, quando o primeiro fenômeno resta evidentemente incompreensível sem a referência ao segundo.

8 Cabe insistir: de certo modo, tais autores perdem a dimensão da totalidade social e do capital como sujeito “cego” e “automático”, cuja forma política é o Estado moderno – como mostrou Pachukanis –, e consideram arbitrariamente que o “marxismo” se reduz à economia, ignorando, assim, a vastidão temática da análise marxiana e o alcance dos conceitos marxianos de alienação, de ideologia e de fetichismo.

et al. (2017); e iii) que a retomada da acumulação não redundará do maior intervencionismo estatal ou do fornecimento estatal de liquidez, de forma que as políticas de *quantitative easing* e congêneres apenas podem retardar a eclosão de uma nova crise (ademais, num horizonte temporal mais amplo, contribuem para agravar o problema, devido ao galopante endividamento estatal e privado que reforçam, ampliando a esbórnica financeira e reduzindo a capacidade estatal de mobilização das políticas de salvamento do tipo “*too big to fail*”).

Dessa maneira, as propostas apresentadas por Husson *et al.* (2017) parecem conformar um apelo ao impossível retorno aos “anos dourados” do capitalismo (alcunha capciosa, que dissimula a questão acerca de quem se beneficiou nesse período), incorporando a questão ecológica. Conforme constatou Mészáros, a atual dinâmica da acumulação de capital não comporta concessões a parcelas da população trabalhadora dos países capitalistas centrais, como ocorreu após a II Guerra Mundial, sob o fantasma da ameaça soviética. E é igualmente equivocado cindir as dimensões financeira e real da acumulação de capital, atualizando a cantilena da “eutânasia dos rentistas”, conforme fazem Husson *et al.*, num contexto em que predomina o papel das “finanças”, tal qual teorizado por Chesnais.

3.2. O hodierno movimento de concentração e centralização de capital

Viu-se que, para Mészáros, após a década de 1960, o capital teria perdido a capacidade de garantir às populações dos países capitalistas centrais melhorias em suas condições de vida, ao mesmo tempo em que enfrentaria aumentos de custos, queda da produtividade (como também salientam Husson *et al.*), e crescentes dificuldades para manter o controle e a continuidade da produção em escala mundial. Aqui se destacariam os óbices à subordinação dos trabalhadores, relacionados à desestruturação de redes locais de controle social, em um contexto no qual a internacionalização da produção efetivou-se, mas não se constituiu em um “governo global”.

Ao contrário, Chesnais direciona seus esforços investigativos no sentido de compreender a emergência e o *modus operandi* dos grandes conglomerados transnacionais, que congregam gigantes da indústria, do comércio e das finanças, e que teriam constituído “blocos de poder”, hoje hegemônicos, controlando redes de exploração e de espoliação em escala mundial. Por sua vez, Harvey trata da universalização da “ideologia empreendedora”, do culto ao individualismo, ao consumismo e à concorrência, que teriam dominado as mais diversas esferas da vida social (o que ajuda a compreender o atual acirramento da intolerância, do identitarismo,

do nacionalismo, da xenofobia, da misoginia, do racismo etc.). Juntando as duas análises, tornar-se-ia inteligível o êxito das tendências de reforço dos mecanismos de extração de mais-valia absoluta, a intensificação e ampliação das jornadas de trabalho, a repressão salarial, bem como o dismantelamento dos direitos e das políticas trabalhistas e sociais, as ondas de privatizações, a redução de impostos para o grande capital e as camadas mais abastadas da população, e assim por diante. Logo, de certo modo, Mészáros parece subestimar as novas estratégias e dispositivos (tecnológicos, organizacionais, normativos, institucionais) de dominação, bem como o alcance da “racionalidade neoliberal” – que segue sem competidores –, e que dinamizaram a acumulação de capital desde a década de 1970.

Para melhor compreender esse fenômeno, haveria de se encarar, de maneira mais detida, seu caráter contraditório. Contra as ideologias que hipostasiam um capitalismo puramente concorrencial, e ancorado parcialmente nos estudos de Alfred Chandler, Harvey (1982, pp. 152-160) concluiu que “segundo parece, toda a história da mudança organizacional sob o capitalismo pode ser interpretada como uma progressão ditada por um esforço no sentido de aperfeiçoar a operação da lei do valor” (*ibidem*, p. 152), esforço esse decorrente, justamente, da precariedade e dos obstáculos impostos à mobilidade do capital e à concorrência intercapitalista.

Evidentemente, isso não elimina suas contradições, antes as acirra.

Assim, a tendência à constituição e ao desenvolvimento do mercado mundial, que corresponde ao próprio conceito de capital (MARX, 1973, p. 306) e que é indissociável do processo de concentração e de centralização de capital, articularia, de modo sempre tenso, os processos de integração vertical e horizontal da produção, bem como o ímpeto de autonomização do capital diante de seus substratos materiais e a fixidez do capital na forma de plantas produtivas, infraestrutura etc. Diga-se de passagem, tal contradição é um dos motivos que leva Harvey a perscrutar o processo de produção capitalista do espaço e seus mecanismos de “ajustes espaciais” (HARVEY, 2005).

Nas últimas décadas, a constituição de cadeias produtivas compostas por unidades de produção parciais, espalhadas por diversas partes do orbe, respondeu, dentre outros fatores, a um acirramento internacional da concorrência, ao aumento da mobilidade internacional do capital, ao ímpeto pelo barateamento dos custos com a força de trabalho (salários e outros gastos trabalhistas) e insumos, e à busca por aportes estatais por meio de políticas de crédito, de isenção de impostos e da venda de seus ativos por preços irrisórios. Entretanto, à medida em que esse processo é exitoso, e que novos países e regiões consolidam-se como

plataformas produtivas, algumas das tendências que levaram à transnacionalização passam a atuar nesses espaços, como a de diminuição do exército industrial de reserva e a do acirramento do potencial de reivindicação das organizações trabalhistas, que tendem a elevar os custos com o capital variável; o aumento dos custos ambientais, diante dos danos ecológicos crescentes; a elevação de preços de insumos, ante o incremento da demanda; o aumento de certos custos de transação, informação e transporte, decorrentes de uma estrutura produtiva e distributiva propriamente mundial etc. A essa dificuldade de dar continuidade à acumulação de capital, soma-se a decrescente capacidade do Estado de transferir recursos às grandes corporações, haja vista o elevado ônus, tomado para si, da crise econômica mundial, e as candentes questões sociais que tendem a ampliar a disputa pelo “fundo estatal”.

Por fim, se o grande capital subsume de modo cada vez mais pleno os Estados-nacionais, reduzindo ainda mais a democracia representativa a mero simulacro, ainda assim tendem a surgir conflitos entre as próprias grandes corporações em torno da influência que exercem sobre o aparato estatal, além daqueles decorrentes das tensões entre suas diferentes atuações no mercado mundial e a existência de fronteiras nacionais, com suas particularidades institucionais, tributárias, culturais, dentre outras. Assim, há de se levar a sério a caracterização do capital como

“contradição em processo”, cujo movimento de superação das contradições apenas as repõem em escala mais ampla e numa intensidade mais explosiva.

3.3. O caráter hierárquico do mercado mundial e o processo de valorização

Outro relevante “limite absoluto” à reprodução da forma-capital consistiria no alijamento absoluto da força de trabalho do interior da produção. Mészáros constatou uma tendência à substituição de trabalhadores desqualificados por um menor número de trabalhadores qualificados, algo cujas causas e configuração restaram sem explicação, e que contradiz a análise marxiana acerca da tendência à subsunção real do trabalho ao capital, que atuaria no sentido de desqualificar a força de trabalho e extirpar dos trabalhadores qualquer controle sobre o padrão e os ritmos do processo produtivo (MARX, 1996b, cap. XIII). De todo modo, supondo-se que essa tendência constatada por Mészáros existe, restaria ainda saber seu resultado para o processo de valorização, afinal, o trabalho complexo atua como trabalho simples potenciado, objetivando mais-valor num mesmo período de tempo (MARX, 1996a, p. 173).

Em chave teórica muito distinta, Kurz propôs que a tendência à negação do trabalho vivo pelo trabalho morto, expressa na elevação da composição orgânica do capital, ter-se-ia efetivado de modo generalizado e absoluto após a “revolução

microeletrônica”, o que seria revelado, dentre outros, pelo crescente “desemprego estrutural” nos países capitalistas centrais e pelo aumento do trabalho improdutivo em relação ao produtivo. E o aumento exponencial do número de trabalhadores subsumidos ao capital nas últimas décadas em países como China, Índia, África do Sul, México, Coreia do Sul, dentre outros, não contraditaria tal tendência, pois eles alcançariam um nível de produtividade muito inferior àquele verificado nos países capitalistas centrais, o que determinaria o tempo de trabalho socialmente necessário. Noutras palavras, a força de trabalho dos países capitalistas periféricos estaria em um nível muito abaixo ao do “trabalho simples” vigente no mercado mundial, a despeito da tendência ao incremento das taxas de mais-valia, particularmente vigorosa por essas bandas. Por outro lado, o recente processo de industrialização desses países periféricos seria feito com base em uma espiral de endividamento, revelando-se ilusório da perspectiva do processo de valorização. Em suas palavras, “quem não tem dinheiro (valor) para os custos de produção não pode, de fato, produzir, e quem não tem dinheiro (valor) para a procura não pode, de fato, consumir” (KURZ, 2014, p. 307).

Sobre esse último ponto, cabe recordar que o crédito sempre se fez necessário para garantir um investimento produtivo exitoso. Da mesma forma, a demanda de um trabalhador suprida

por crédito não é menos efetiva do que aquela que se realiza “à vista”. Assim, esse movimento pode ou não malograr e, eventualmente, revelar-se puramente ilusório. Em todo caso, endividamento não é sinônimo de falência da valorização.

Nesse ponto, deve-se distinguir o capital portador de juros do capital fictício: o primeiro é propriamente capital, ou capital em potência, cujo fundamento é justamente a possibilidade de ensejar investimentos produtivos; ao passo que o segundo é um “não-capital”, um título de propriedade, como no caso das ações, ou de dívida, redundante do processo de capitalização que singra pelos mercados secundários e que revela seu caráter fictício quando da eclosão das crises. Ele pode eventualmente ser intercambiado por ativos reais, mas, nesse caso, ele não desvanece ou se converte em capital “real”, apenas muda de mãos (MARX, 1986, seção V). Não obstante, como momento do conceito de capital, e expressão das contradições inerentes à sua reprodução (sempre atuando no sentido de agudizá-las), a dimensão fictícia da acumulação repercute sobre sua dimensão real de inúmeras formas, afetando as decisões de investimento, competindo para a concentração e centralização de capital e para a sua mobilidade, impactando o processo de precificação dos ativos nos mercados “primários”, e assim por diante.

Ademais, Kurz parece ignorar o efetivo padrão de transnacionalização exposto acima:

as estruturas produtivas foram desarticuladas e espalhadas em vastas cadeias situadas em distintos países e regiões; assim, nada indica ter ocorrido uma regressão tecnológica e nos níveis de produtividade do trabalho – apesar da atual tendência à queda das suas taxas de crescimento, conforme analisa Roberts (2016a) –, entre tantos outros. Essa suposição de Kurz revela-se francamente arbitrária, à medida que ele não oferece nenhuma evidência para sustentá-la a não ser a própria tese do colapso, produzindo, assim, uma argumentação tautológica.

Em suma, ainda faz sentido considerar o caráter hierárquico do mercado mundial e o processo de transferência de riqueza abstrata em seu interior, na forma de lucro, renda e juros. Se o processo de precarização do trabalho é mundial, a forma específica de inserção dos Estados-nacionais periféricos no mercado mundial, enquanto plataforma de valorização financeira ou de produção, faz com que os trabalhadores desses países continuem alimentando de mais-valia os cofres das grandes corporações transnacionais, o que se materializa em vultosa remessa de lucros e dividendos, em pagamento de royalties, no acúmulo de títulos de dívida estatal altamente rentáveis por parte de capitalistas estrangeiros, e assim por diante.

Por último, notam-se também importantes problemas conceituais na concepção de Kurz acerca dos conceitos de trabalho produtivo e

improdutivo. Em suas palavras, “uma definição do trabalho produtivo, referida ao processo de mediação da reprodução capitalista no seu todo, só pode ser avançada em última instância *em termos de teoria da circulação*” (KURZ, 2002, s/p.), e ainda,

[...] só é produtivo de capital aquele trabalho cujos produtos (e também cujos custos de reprodução) refluem no processo de acumulação do capital; ou seja, aquele cujo consumo é recuperado de novo na reprodução ampliada. Isso ocorre quando os bens de consumo são consumidos por trabalhadores que são por sua vez produtores de capital, cujo consumo não se esgota em si, mas retorna na forma de energia produtiva de capital (*ibidem*).

E o mesmo valeria para os “bens de investimento” (*ibidem*). Ou seja, o trabalho que produziu o arroz consumido por um trabalhador produtivo revelar-se-ia ele mesmo, post festum, produtivo, ao passo que aquele que produziu o mesmo arroz consumido por um padre ou por um burocrata estatal revelar-se-ia improdutivo. Kurz parece aqui tão absorvido pela forma-mercadoria, que desconsidera que o capital também refluí à produção na forma de capital-monetário. E corre o risco de afirmar uma concepção da reprodução do capital muito mais próxima ao *Tableau Économique* de Quesnay do que à crítica marxiana à economia política.

Ao contrário, sem negar a importância do consumo produtivo, detidamente analisado

no segundo volume de *O Capital*, para Marx, o momento do consumo das mercadorias produzidas não perfaz uma determinação essencial dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo. O trabalho produtivo é aquele que se troca por capital (e não por renda), e que compete para a valorização do valor enquanto parte do “trabalhador coletivo”, independente da natureza material de sua atividade, de seu conteúdo mais propriamente braçal ou intelectual, e da maior ou menor proximidade na manipulação dos objetos constantes do processo produtivo. O trabalho improdutivo, ao contrário, seria aquele que se troca por renda, que não compete diretamente para a valorização do valor (o trabalho numa repartição pública, por exemplo), ou cuja atividade limita-se à mera mudança de forma do capital (própria ao comércio de mercadorias e de dinheiro) (MARX, 1996b, cap. XIV). Nesse sentido, ao contrário do que sustenta Kurz – e, em certo sentido, Mészáros –, a produção privada de um tanque de guerra adquirido pelo Estado de Israel para perseguir crianças palestinas com suas atiradeiras é uma atividade produtiva – mesmo se esse tanque ficar parado num estacionamento. Nota-se assim que Kurz considera trabalho improdutivo todo um conjunto de atividades efetivamente produtivas.

Por essa razão, as vicissitudes do “complexo militar-industrial” ou da “economia de guerra em tempos de paz”, destacados por Mészáros, afiguram-se problemáticas. Em primeiro lugar,

porque tanto a forma-capital não permite dar a conhecer os “tempos de paz”, quanto a importância da indústria bélica para a reprodução capitalista não reside apenas no controle social e na destruição de capital sobreacumulado. Sua importância está também em valorizar o valor. Nesse sentido, tal complexo tem sido beneficiado não apenas pelo pulular de conflitos bélicos pelo mundo, mas também pelo processo de encarceramento em massa, de judicialização e de militarização das formações sociais capitalistas, que caminham a passos largos nas últimas décadas.

4. Considerações Finais

Buscou-se demonstrar que, em meio ao debate sobre os limites históricos da forma-capital, os autores referenciados analisam, de modo profícuo, importantes dimensões do capitalismo contemporâneo. Por outro lado, salientou-se que tais esforços críticos só têm a ganhar com a consideração detida de alguns conceitos e tendências investigados por Marx, como os conceitos de subsunção real do trabalho ao capital, de trabalho produtivo e improdutivo, de mais-valia relativa, ou as tendências ao aumento da composição orgânica do capital, de concentração e centralização de capital, de queda da taxa de lucro, de sobreacumulação de capital, de autonomização de suas formas funcionais, dentre outras.

Quanto ao prognóstico de que o modo de produção capitalista alcançou seus limites absolutos, ou o de que seu colapso seja iminente, de modo que a humanidade estaria prestes a recair na barbárie, arrisca-se aqui apenas recordar que, sob a égide do capital, a civilização é barbárie, e barbárie é civilização, conforme já havia constatado o jovem Marx⁹, e como as crescentes mazelas capitalistas fazem saltar à vista. Se existe aqui a possibilidade de uma ruptura qualitativa, que justificaria falar no iminente mergulho em uma “idade das trevas de regressão histórica da espécie”, cabe enfatizar que tal perspectiva esteve sempre inscrita no próprio conceito de capital.

Logo, quando Rosa Luxemburgo retomou a famosa consigna de Engels – “Socialismo ou barbárie” –, em sua Brochura de Junius, escrita na prisão em meio à I Guerra Mundial e à ignomínia da socialdemocracia europeia, a história não havia acabado. Hoje, como então, a tarefa continua sendo a de criar um “verdadeiro estado de exceção”, conforme formulou Walter Benjamin. Caso essa tarefa não seja efetivamente encampada, as reflexões sobre as perspectivas do capitalismo restam condenadas a girar em falso.

9 E assim como a indústria especula com o refinamento das carências, especula da mesma forma com sua crueza, mas sobre a sua crueza artificialmente gerada, cuja verdadeira fruição é, por isso, a autonarcose, esta aparente satisfação da carência, esta civilização no interior da crua barbárie da carência” (MARX, 2004, p. 142).

Bibliografia

- CHESNAIS, F. *Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump*. Leiden: Brill, 2016 (*Historical Materialism Book Series*).
- GRESPLAN, Jorge. “A Dialética do Avesso”, *Revista Crítica Marxista*, v. 14, pp. 26-47, 2002.
- _____. *O Negativo do Capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- HANSEN, Alvin. “Economic progress and declining population growth”, *American Economic Review*, vol. XXIX (1), pp.1-15, 1939.
- HARVEY, D. *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Londres: Profile Books, 2016.
- _____. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.
- _____. “O ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005.
- _____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- HUSSON, Michel; HARRIBÉY, Jean-Marie; JEFFERS, Esther; LEMAIRE, Frédéric & PLIHON, Dominique. *Cette crise qui n'en finit pas: par ici la sortie*. France: Éditions Les liens qui libèrent, 2017.
- JONES, P. *The Falling Rate of Profit and the Great Recession*. Tese de Doutorado em Filosofia – Universidade Nacional Australiana, Canberra, 2014.
- KLIMAN, A. “A Grande Recessão e a teoria da crise de Marx”, *Revista Outubro*, n. 24, pp.59-109, 2015.
- _____. *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession*. Londres: Pluto Press, 2012.
- KURZ, R. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.
- _____. “A Substância do Capital”, 2005. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz203.htm>. Acesso em: 15/01/2016.
- _____. “A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global”, 2002. Disponível em: <http://obeco.no.sapo.pt/rkurz101.htm>. Acesso em: 12/01/2016.
- _____. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz & Terra, 1992.

MAITO, E. E. "The historical transience of capital: the downward trend in the rate of profit since XIX century", MPRA Paper, n. 55894, 2014.

MARX, K. *Manuscrisos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (a).

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (b).

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986.

_____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973.

MÉSZÁROS, István. "Crise Estrutural Necessita de Mudança Estrutural". In: *II Encontro de São Lázaro*. 2011. Disponível em: http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Meszaros.pdf. Acessado em: 02/03/2017.

_____. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Reprodução Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989.

PRADO, E. F. S. "A questão dos limites do capitalismo", 2017. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2017/12/a-queste3a3o-dos-limites-do-capitalismo.pdf>. Acessado em: 26/12/2017.

_____. "Questionando a Macroeconomia da 'Grande Recessão'", *Marx e o Marxismo*, v. 3, pp. 188-220, 2015.

_____. "O marxismo pé-no-chão de David Harvey", 2012. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/02/baixar-texto-243.pdf>. Acessado em: 07/02/2017.

ROBERTS, M. *The Long Depression: Marxism and the Global Crisis of Capitalism*. Chicago: Haymarket Books, 2016a.

_____. "Will capitalism end or can it be reformed?", 2016b. (Blog do autor). Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2016/11/08/will-capitalism-end-or-can-it-be-reformed/>. Acesso em: 05/02/2017.

TEULINGS, C. & BALDWIN, R. (eds). *Secular stagnation: Facts, causes, and cures*. Londres: CEPR Press, 2014.